

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDADOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO ESCOLA MUNICIPAL SANTA
MARTHA – MUNDO NOVO-GO**

Aluna: Marta da Conceição Silveira
Orientadora: Me. Alexandro do Nascimento Vaz

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDADOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO ESCOLA MUNICIPAL SANTA
MARTHA – MUNDO NOVO-GO**

Artigo Científico apresentado em cumprimento às exigências para o término do Curso de Pedagogia, sob a orientação da professora Me. Alexandro do Nascimento Vaz

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TERMO DE APROVAÇÃO**

MARTA DA CONCEIÇÃO SILVEIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DO ESCOLA MUNICIPAL SANTA
MARTHA – MUNDO NOVO-GO**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para término do Curso de Pedagogia sob orientação da professora Me. Alexandre do Nascimento Vaz.

Avaliado em 16 / 06 / 2020

Prof. Me. Alexandre do Nascimento Vaz
Orientadora – FANAP

Profe. Me. Nilvânia Damas Silva Lima.
Professor Examinador

Aparecida de Goiânia - 2020/1

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, sinto-me realizada, pois os objetivos propostos foram atingidos, dentro da medida do possível.

Algumas pesquisas que gostaria de feito não foram possíveis devido ao momento que nosso país, e o mundo, está enfrentando, com a pandemia do COVID-19. Entretanto, sinto-me lisonjeada por terminar meu curso, desenvolver minha pesquisa, ter contado com o apoio da minha família, dos professores e dos meus amigos na realização deste trabalho.

Nessa pesquisa, contei com o apoio de pessoas que foram o canal para que, mesmo distante, eu pudesse estar perto da Escola Municipal Santa Martha. Tanto o diretor quanto a coordenadora se prontificaram a me ajudar. Sem dúvidas, trouxeram um pouquinho da experiência desta escola para dentro desta pesquisa.

O meu sentimento é de dever cumprido. Aprendi que nenhum obstáculo é forte o suficiente para quem acredita e corre atrás.

“Bem sei eu que tudo podes, e que nenhum dos teus propósitos pode ser impedido.” (JÓ, 42:2)

RESUMO

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender como se dá a Educação do Campo. Para tanto, apresenta aspectos históricos sobre Educação e Educação do Campo. Além disso, reporta uma pequena pesquisa realizada na Escola Municipal Santa Martha, localizada no município de Mundo Novo, em Goiás. Um breve questionário com perguntas abertas foi respondido pela coordenadora da escola, antes do início da pandemia da covid-19, o que impossibilitou a continuação da pesquisa. Os estudos teóricos e os dados mostraram como a Educação do Campo se desenvolveu no Brasil e como acontece no século XXI. Os resultados revelam que essa modalidade de ensino ganhou força ao longo de sua existência, mas ainda há um longo caminho a percorrer para o seu aprimoramento e solidificação como uma modalidade necessária para manter os camponeses e seus filhos trabalhando e vivendo no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Educação. Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de discutir a Educação do campo, mostrando os desafios contemporâneos desse tipo de ensino a partir da experiência pedagógica do Escola Municipal Santa Martha – Mundo Novo-GO.

A Educação do campo está presente na zona rural, atendendo crianças que vivem em comunidades rurais, como os ribeirinhos e pescadores, nos assentamentos e nas minas.

Esta Educação define-se no ato de ensinar crianças, adolescentes, jovens e adultos que vivem em zonas rurais ou em algumas comunidades mencionadas anteriormente. Para que eles não sejam prejudicados, ficando sem o ensino acadêmico, ou até mesmo tenham de sair do seu meio de convívio, tendo de se mudar para os centros urbanos, o governo criou essa modalidade de ensino.

Os professores que atuam na Educação do Campo devem utilizar a própria realidade local para ensinar os camponeses e seus filhos. Por exemplo, usar a agricultura para ensinar sobre plantas, em ciências; morros e montanhas para ensinar altitude em Geografia; uma receita de bolo em que poderão utilizar os produtos da própria produção, como leite e ovos; a quantidade de leite eles extraída das vacas em

uma semana ou de peixes pescados em um dia, para consumo próprio ou para venda; entre outros.

Portanto, é preciso que um pedagogo, ao ser chamado para ensinar nesta modalidade, tenha conhecimentos sobre os mais variados métodos e técnicas de ensino, afim de que os alunos aprendam de forma clara e objetiva, especialmente a partir da realidade local.

O problema que se coloca, então, neste artigo, reside na compreensão do que é Educação do Campo e como ela se dá na escola rural Santa Martha, no município de Mundo Novo, interior de Goiás.

Sabendo que há vários desafios a serem enfrentados na Educação, também é preciso compreender o que motiva professores e alunos a persistirem no processo de ensino e aprendizagem.

A vontade de compreender essas problemáticas surgiu a partir de uma aula sobre educação em ambientes não escolares em que o professor citou exemplos de crianças que estudavam na zona rural. O que me fez lembrar da escola que havia em um assentamento agrário da cidade de Mundo Novo, município no qual morei por muitos anos.

Tive oportunidade de frequentar o assentamento Santa Martha, porque tinha muitos amigos que moravam lá. Então, ao ir passear ali e rever os amigos, íamos à sede onde está localizada a escola. Eu observava como era interessante uma escola na fazenda e achava muito legal ter meus amigos, que moravam no campo, estudando ali.

Então conversei com uma amiga que mora no município de Mundo Novo e com a esposa de um dos vereadores do município, consegui o contato da coordenadora pedagógica da escola, professora por longos anos de escolas da cidade. Ela, com alegria, se propôs a colaborar com a pesquisa.

Alguns dias depois, também conversei com uma ex-professora da escola, que por sinal foi minha primeira professora no estado de Goiás, e perguntei se ela poderia me ajudar, respondendo um questionário sobre o tema em estudo. Entretanto, como ela já não trabalhava mais na escola, pois já está em processo de aposentadoria, preferiu me colocar em contato com o diretor da escola.

O diretor, quando soube do meu desejo de desenvolver minha pesquisa naquela escola, se prontificou em me ajudar, juntamente com a coordenadora, e passou todas informações que eu solicitei.

A receptividade do diretor e da coordenadora me motivou ainda mais a compreender como a educação tem feito a diferença na vida dos alunos e professores daquela escola.

Esta pesquisa é relevante, pois poderá proporcionar mais conhecimento sobre a Educação do Campo. Sendo assim, haverá uma abordagem diferente sobre esse tipo de Educação, fazendo com que a sociedade (que tiver acesso a este material), tenha uma visão e um cuidado especial para com a Educação no Campo.

Sendo assim, os objetivos que norteiam este estudo são: compreender o contexto histórico da educação no campo e sua importância aos camponeses dentro da realidade do estado de Goiás; conhecer as práticas pedagógicas da educação do campo, no Escola Municipal Santa Martha, no município de Mundo Novo - GO.

Porém, devido ao surgimento da pandemia causada pelo novo corona vírus (Covid-19), a pesquisa não pode ser desenvolvida conforme o planejado. Sendo assim, neste artigo, relata-se uma pequena pesquisa qualitativa cujos dados foram coletados a partir de um único questionário respondido pelo diretor e pela coordenadora pedagógica escola, no início do mês de março. Não foi possível, infelizmente, realizar visitas à escola para entrevistar alunos e professores. Desse modo, os dados aqui apresentados são parciais e, portanto, dá-se mais ênfase à parte teórica da pesquisa.

Inicialmente, faz-se retrospecto histórico acerca da educação e do surgimento das primeiras escolas do campo. Em seguida, apresentam-se algumas políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil. Após, são mostrados os dados coletados, encerrando-se com as considerações finais.

1. Aspectos históricos da educação do campo

A Educação do Campo teve início no governo de Dom João VI. Porém a implementação desta modalidade de ensino somente acontece na metade do século XIX (nos anos de 1800). Entretanto, somente em 1930 (século XX) é que são realmente criados programas de escolarização para o campo.

No entanto, antes dessas implementações para a educação no campo, outros acontecimentos vieram para favorecer o ensino no Brasil, ainda no governo de Dom João VI, por meio do Plano de Educação de 1812. Esse plano previa que os cidadãos

tivessem o ensino básico, mas agricultores, artistas e comerciantes deveriam ter um ensino específico, com conhecimentos voltados para o trabalho que exerciam.

Com a reforma na Educação, em 1826 ainda pelo Plano de Educação, declara que o ensino do 1º ano do 2º grau a educação seria voltado à agricultura, como se fosse uma espécie de curso técnico.

Já a reforma de 1879 declarou que “o ensino nas escolas primárias do 2º grau constataria da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas no 1º grau e mais, entre outras disciplinas, noções de lavoura e horticultura”. (ALENCAR *et al*, 1993).

No campo, no século XIX, a monocultura da cana-de-açúcar havia enriquecido os donos de engenho por meio da mão de obra escrava. Com a libertação dos escravos, em 1888, a expansão da cultura do café e a Proclamação da República, em 1889, os governantes perceberam que educar o homem do campo se tornou importante, pois necessitavam de mão de obra qualificada.

Antes disso, a educação não era prioridade para os governantes, uma vez que o interesse era apenas pela mão de obra dos habitantes dessas terras brasileiras, “[...] não há necessidade de formação especial para o desempenho de funções na agricultura” (ARANHA, 2002, p. 99). Entretanto, os portugueses não deixaram os brasileiros tão alheios à educação, pois enviaram um grupo de padres jesuítas para catequizar os índios, a fim de mantê-los sob controle. Nesse sentido, a educação nada mais é do que uma “ponte” colonizadora, uma vez que os índios seriam mantidos sob o regime português.

Em 1549, houve uma nova mudança na educação jesuíta. Com a chegada do governador geral, Tomé de Souza, novas escolas são abertas, agora com a finalidade de ensinar não apenas aos índios os ensinamentos religiosos, mas a ler e escrever. A primeira escola construída com esta finalidade foi criada em Salvador, na Bahia.

No ano de 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, pois acreditava que eles apoiavam os índios na resistência a Portugal.

No século XVIII, ainda sob o governo de Marquês de Pombal, houve um novo movimento na educação, o chamado Iluminismo. Este século é chamado o “século das luzes”, pois, a partir dele, o conhecimento científico passa a ter um peso maior, abrindo a mente das pessoas, fazendo-as pensarem para além da religião. Neste período, o que prevalece é a razão e não as crenças religiosas. Se outrora as pessoas viviam manipuladas por um sistema imposto pela igreja; com o novo século, a igreja

católica começa a perder poderes sobre os féis, que, agora, tinham a oportunidade de obter novos conhecimentos que não fossem religiosos. Estes acontecimentos contribuíram para que um novo ensino fosse instaurado no Brasil, não apenas o ensino religioso. Até então, a educação não havia ganhado força, era apenas um início de uma longa jornada para obter-se o ensino regular.

Neste mesmo século, ocorre a Revolução Industrial que traz mudanças para os trabalhadores, porém somente no século XIX é que são percebidas claramente o impacto dessa Revolução. Muitos trabalhos manuais e artesanais passaram a ser executados por máquinas que facilitavam o trabalho dos camponeses. Esta alteração, diminuiu o trabalho braçal, mas esses maquinários exigiam técnicas e um conhecimento científico para serem operadas, conhecimentos estes que os camponeses não tinham. Intensifica-se, então, a necessidade da Educação do Campo.

Surgem, então, as primeiras escolas no campo, que ensinavam sobre a agricultura. Somente no século XX, precisamente no ano de 1933, é que as escolas começam a ofertar alfabetização aos camponeses.

Para fortalecer esse ensino, no ano de 1935, a Sociedade Brasileira de Ensino Rural passa a existir, a partir do “1º Congresso Nacional de Ensino Regional”. No entanto, somente no ano de 1937, com o Estado Novo, é que se intensificam os trabalhos para essa modalidade ensino.

Com as oportunidades de emprego e melhores estudos nos centros urbanos, muitos trabalhadores rurais mudam para a cidade, pois o ensino já não os atendiam mais. Os fazendeiros começam, conseqüentemente, a perder seus funcionários. Então um novo projeto é criado para tentar manter as pessoas no campo, o Ruralismo Pedagógico, o projeto intensifica o processo de ensino e aprendizagem dos camponeses. Porém não se manteve por muito tempo.

Observa que a Educação do Campo funcionava como uma manobra de interesses dos grandes fazendeiros e dos governantes do país. Não se tinha a intenção de tornar as pessoas do campo cidadãs críticas. Na verdade, se fornecer educação aos empregados agricultores favorecesse os senhores de terras, então o pouco investimento era compensatório a eles.

Em 1961, a Educação do Campo recebe uma conquista, a determinação na Lei nº 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sobre o ensino fundamental na

zona rural. Infelizmente, o ensino rural não teve apoio dos governantes dos estados e municípios, o que intensifica o analfabetismo do homem do campo.

A população brasileira enfrenta o Golpe Militar em 1964. O Presidente do Brasil, João Goulart, anuncia uma reforma agrária, que trazia como um de seus benefícios a educação do campo.

Em 1967, iniciam-se projetos para erradicar o analfabetismo no Brasil. Esses projetos foram estendidos à população rural, visto que essa também era a realidade desses indivíduos.

Um desses projetos, o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), tinha como principal objetivo debelar o analfabetismo dos adultos, tanto os da zona rural, quanto os da zona urbana. Além de alfabetizá-los, o processo de integrá-los à sociedade também fazia parte do objetivo deste projeto.

Com o mesmo objetivo do MOBRAL, criou-se o EDURURAL. Esse projeto recebeu investimentos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e se concentrava-se em atender os analfabetos da região Nordeste.

Mesmo diante de tantos esforços, a taxa de analfabetismo ainda estava presente na vida de muitos brasileiros.

O ensino na zona rural, antes feito em espaços oferecidos pelas comunidades rurais, em 1980, passa a ser realizado nos primeiros prédios construídos para esse fim. No entanto, muitos alunos abandonam a escola, causando, assim, um novo retrocesso na Educação do Campo. Esse abandono ocorreu porque muitos camponeses migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Nesse mesmo ano, os integrantes do Movimento Sem Terra (MST) começam a reivindicar o direito de terem suas próprias terras e o direito de educação para as crianças, membros das famílias que viviam nos assentamentos rurais. A partir desse manifesto, surgem discussões sobre ampliar o ensino, a fim de que não fosse mais apenas voltado para o mundo rural. Objetiva-se, então, um ensino voltado para o mercado de trabalho no campo, visando valorizar o camponês, sua cultura, crenças e costumes.

A luta por uma educação no campo sempre foi muito acirrada. Para muitos, para trabalhar no serviço braçal não seria necessário saber ler e escrever. Na visão dos governantes, isso não importava tanto assim, pois, mesmo sem serem alfabetizados, os camponeses ainda davam lucros ao Estado. Então para os governantes, não era lucro oferecer e investir em um ensino. Eles continuariam

contando com o trabalho de pessoas alheias à educação e enriquecendo por meio de mãos calejadas de homens, mulheres e crianças sofridas do campo.

Já em 1996, a nova LDB (Lei nº 9.934/96) atribui que a organização das turmas nas escolas rurais não seria mais em salas de aula multisseriadas (Artigo 23), especifica os currículos a serem trabalhados (Artigo 26) e, no Artigo 28, declara que

“Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.” (BRASIL, 1996).

Com o amparo da Lei nº 9394/96, o ensino do campo avançou e conquistou recursos para implantar diversas melhorias na estrutura física das escolas e na formação dos professores.

2. As políticas públicas e a educação no campo no Brasil

O ensino no campo começou invertido, ou seja, em vez de começar pelo ensino primário, iniciou-se pelo ensino técnico, com cursos específicos para trabalhar e não deixar a realidade e a economia brasileira “morrerem”. É interessante pensar que a maioria dos trabalhadores começaria a estudar com o ensino técnico sem antes terem, pelo menos, aprendido a escrever o próprio nome.

Após anos de discussão, cinco décadas aproximadamente, sobre a educação no campo e qual seria o ensino ideal, chegou a hora de levar todas essas discussões para o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.

Nesse congresso, esperava-se que a escola pudesse se transformar em

Uma escola que desperte e forme uma consciência cívica e trabalhista (...), que faça desaparecer o ferrete da humilhação e desprestígio impresso no trabalho rural desde os tempos da escravatura (...); que extinga os requícios doentios de uma aristocracia falida e inoperante, herdada dos colonizadores, que represente uma reação (...) contra o doutorismo, o diplomismo (...); que engrandeça as atividades do campo e da lavoura; que faça do trabalho organizado e produtivo o código social do Estado (Estado Novo). (THERRIEN; DAMASCENO et.al, 1993, p.19)

Essas foram algumas das teses levadas pelos educadores daquela época levaram ao congresso, a fim de que fossem discutidas e colocadas em prática, visando sempre a valorização dos estudantes rurais e suas habilidades com o campo.

Outras teses muito importantes a serem discutidas foram:

Uma educação primária, que objetiva: i) o desenvolvimento personalidade (objetivo individual); ii) a integração do educando na sociedade brasileira em geral (objetivo nacionalista); iii) a formação do sentimento de solidariedade humana (objetivo humano); iv) o ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolva a vida do educando (objetivo vocacional.) ” (THERRIEN, DAMASCENO et.al, 1993, p.19).

Essas teses visavam à uma educação capitalista que enfocasse a aprendizagem do indivíduo. Nesse tipo de educação, segundo Celani (1999), o estado e o capital visavam, com a educação, manter dois fatores, o poder e o lucro. Sendo assim, a educação seria uma ferramenta de poder que o estado teria, ou seja, ensinar o que seria favorável a eles e com o ensino técnico, o lucro, por meio da mão de obra qualificada, seria alto, pois o aluno estudava por menos tempo e efetuar a mesma função de uma pessoa formada no ensino superior.

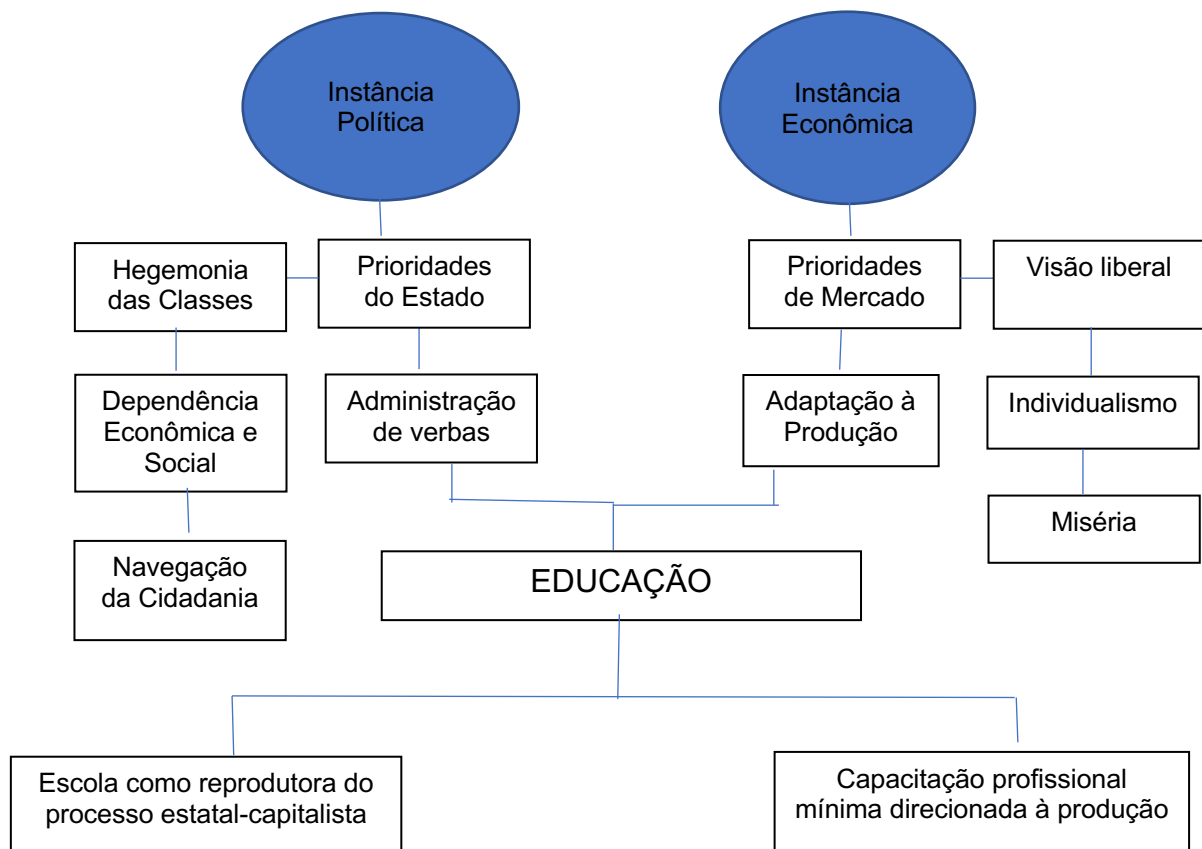
Celani (1999, p. 21) ainda destaca que esse ensino teria como sustentação a: “1º) formação intelectual e cognitiva como elemento reprodutor do processo estatal-liberal moderno; 2º) capacitação profissional mínima direcionada para as relações produtivo-capitalista”.

As prioridades do Estado na formação do indivíduo, segundo Celani (1999, p. 21), estão

engendradas na hegemonia das classes dominantes que, de certa forma, mediante mecanismos de dominação sociocultural, fazem prevalecer o *status quo* dos grupos, perpetuando a dependência econômica e social dos não-privilegiados. Tal processo inibe a vivência da cidadania e dos direitos plenos do homem, portanto, é excludente e discriminatório.

Sendo assim, a educação, numa visão estatal, visa a dependência das classes menos favorecidas e ao mesmo tempo mantê-las sob seu domínio, fazendo com que aumente o número de pessoas pobres e a riqueza de concentre nas mãos de uma pequena parcela da população.

Compreende-se que os beneficiados de fato, nesse processo usando a educação como caminho, são o Estado e o capitalismo, como mostra o esquema a seguir:



(Fonte: CELANI, 1999)

Mesmo com a discussão entre poder e capitalismo, as pessoas que defendiam e lutavam pela a educação do campo, se mantiveram firmes e seguiram lutando pelo seu real propósito, formar cidadãos críticos e pensantes.

Com o passar dos anos, a educação no campo foi ganhando espaço e deixando de ser somente tecnicista. Atualmente existem programas do governo que investem nesse tipo de educação. Um deles é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); tendo como objetivo repassar verbas para as escolas municipais, estaduais e distritais, localizadas na zona rural. Todo o recurso envidado pelo PDDE é investido na estrutura física da escola, de a mão de obra dos contratados aos materiais necessários para executarem os reparos. O valor repassado alterna conforme a quantidade de matrículas, pois entende-se que quanto maior o número de alunos, maior serão os valores aplicados na escola.

Além disso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou algumas políticas educacionais para favorecer os alunos camponeses, sendo eles:

- ✓ **Escola Ativa** - que proporciona bolsas de estudos aos profissionais da educação, com a proposta de prepará-los para trabalharem em séries multisseriadas.
- ✓ **Projovem Campo** – oportuniza aos alunos que já trabalham no campo, bolsas de estudos para que eles possam concluir o ensino médio e ter uma formação na área em que já trabalham como agricultor.
- ✓ **Procampo** – oferece licenciatura em Educação no Campo aos pedagogos que trabalham com alunos do final do ensino fundamental e ensino médio.
- ✓ **Construção de escolas**- como o próprio nome já diz, esse programa investe na construção de novas escolas na zona rural.

Percebe-se que a Educação no Campo teve um avanço de forma significativa. O que outrora fora apenas para visar lucros à nobreza, agora faz parte de um projeto de capacitação integral, moral e intelectual do indivíduo.

No entanto alguns desafios ainda se apresentam. Ao pensar em educação de qualidade, vários fatores são colocados a fim de ter-se êxito ao ensinar: estrutura física do prédio escolar, um ambiente agradável e aconchegante, professores qualificados, métodos de ensino modernos, políticas públicas com investimentos na formação continuada dos professores e demais profissionais envolvidos no ambiente escolar, biblioteca atualizada, laboratórios de informática, salas de aula e professores suficientes (para evitar turmas multisseriadas, como acontece em muitas escolas rurais), entre outros.

Na educação no campo, não é diferente. Os mesmos fatores também são necessários para se obter um ensino de qualidade. Porém, para os alunos da zona rural, o investimento ideal avança um pouco mais, pois é preciso ter transporte escolar de qualidade e manutenção das estradas em que esse transporte trafega. Nem sempre elas estão em bom estado de conservação, dificultando, assim, a chegada dos alunos à escola.

Além disso, muitos alunos brasileiros que moram e estudam na zona rural precisam “madrugar” para que possam chegar no horário para a aula, pois dependem do transporte público para isso.

Assim como nas cidades, também há crianças e adolescentes das zonas rurais que vão para a escola sem tomar café da manhã ou almoçar, tendo na merenda escolar, portanto, a única refeição do dia. Desse modo, um fator muito importante é a

melhoria da merenda escolar, pois, sem se alimentar adequadamente, o aluno provavelmente não conseguirá desenvolver sua aprendizagem. Alimentar-se adequadamente é de extrema importância para o aprendizado, segundo Ribeiro e Silva (2013, p. 79 apud Teixeira, 2015, p.14):

A criança deve ter uma alimentação balanceada e controlada na escola e em casa, facilitando ainda mais seu aprendizado, capacidade física, atenção, memória, concentração, energia necessária para trabalhar o cérebro.

No entanto, os governantes do país não veem esses fatores como prioridade, a ausência de estrutura física da escola.

No que concerne aos educadores, conforme aponta a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa – FUNDEP – (1994), a maioria dos pedagogos não participa de cursos de formação continuada. Isso é preocupante, pois houve uma luta para que a Educação conquistasse o seu lugar na zona rural e, essa atitude dos professores pode pôr em risco as conquistas realizadas até o momento.

Tudo isso contribui para que haja defasagem educacional, que, segundo pesquisa realizada pelo instituto Alfa e Beto para o portal do MEC, acontece, principalmente, no ensino fundamental:

O maior número de analfabetos entre alunos do ensino fundamental se encontra no segundo e no quarto anos, enquanto a maior defasagem na relação entre idade e série se verifica no quarto ano. [...] avaliou níveis de alfabetização de estudantes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e graus de defasagem escolar. A maior parte das crianças nessas situações de anormalidade tem entre nove e 11 anos. (LORENZONI, 2010)./

Isto comprova o quanto há necessidade estabelecer políticas educacionais que possam erradicar ou, pelo menos, diminuir ao máximo esses índices. O Ministério da Educação, entendendo essa urgência, tem criado projetos nos quais os alunos com defasagem de aprendizagem terão reforço escolar no período de maio a setembro, a partir do ano de 2020. No total, 1 179 escolas receberam esse projeto em todo o Brasil e 833 315 alunos foram beneficiados nas cinco regiões do país, conforme apontam dados apresentados no portal do MEC (disponível em <portal.mec.gov.br>).

A falta de professores é outro desafio a ser enfrentado, visto que ainda é uma realidade nas escolas brasileiras. Há poucos concursos, poucos contratos, baixos salários e condições desfavoráveis de trabalho. Por exemplo, salas superlotadas, pressão vinda dos pais e do próprio ensino, violência contra professores, entre outras.

Isso faz com que muitos professores entrem em pânico e abandonem a sala de aula. Segundo reportagem do Jornal Nacional, em 2015, na cidade de Novo Gama - Go, as causas pelas quais os professores abandonam a profissão são: falta de material pedagógico, como folhas de papel A4 para fotocopiarem as provas dos alunos, estrutura sucateada do prédio escolar e, claro, o baixo salário.

Se o professor, que é a base, a ponte para que os alunos se tornem profissionais e cidadãos críticos e conscientes, não forem valorizados, dificilmente haverá motivação para que eles permaneçam na profissão. Muitos deles acabam indo para outro ramo profissional, especialmente por conta do baixo salário.

Para educação no campo, estes fatores/desafios vão além, pois há também a falta de transporte de qualidade que leve os alunos à escola em segurança e dentro do horário. Além disso, há a questão do horário que esses alunos precisam acordar para pegar o transporte que os levará para estudar. Sem contar a necessidade que eles têm de refeições adequadas (merenda) que, para muitos, é a única refeição do dia. Sem contar as condições precárias das estradas que percorrem até chegarem à escola.

Para que haja um ensino de qualidade, é importante entender que não basta somente o governo despertar-se, investir e valorizar a educação, também é preciso que os profissionais da educação e a sociedade como um todo entendam o quanto o ensino no campo trará benefícios para o país.

Desse modo, a educação, quer seja no campo ou na cidade, poderá dar os indivíduos a possibilidade de compreender e agir sobre as coisas do mundo, como afirma Paulo Freire (1999, p. 30), “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio”.

3. A realidade da escola municipal santa martha

3.1 O contexto de pesquisa e os participantes

Essa pesquisa foi realizada em uma escola que fica no município de Mundo Novo, Goiás, pequena cidade localizada na região do Vale do Araguaia. Fundada em 10 de junho de 1960, a partir da fazenda Nossa Senhora Aparecida, de propriedade

de um paulista comprador de terras, Valentim Lourenço, foi somente em 1963 que os primeiros loteamentos foram formados nos 11 alqueires de terra doados para construção da pequena vila, que recebeu o nome de Mundo Novo. Valentim acreditava que estas terras eram férteis, portanto um investimento compensativo.

Com o passar dos anos, a pequena vila cresceu e tornou-se um município que tem se desenvolvido a cada dia, mas sem perder a essência e o jeitinho de interior.

Conforme o último Censo, realizado em 2019, a cidade já conta com 4 887 habitantes. A renda per capita, conforme o PIB de 2017, é de R\$18.559,35 anuais. Segundo o Censo realizado em 2018 pelo IBGE, na Educação, o município possui seis escolas de ensino fundamental, mantidas pelo município, com 881 alunos matriculados e 59 docentes. O ensino médio é atendido em duas escolas, que são mantidas pelo Estado, com 232 alunos matriculados e 28 docentes.

Já na saúde pública, há três unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o último Censo realizado em 2009.

Atualmente, Helcio Alves de Oliveira é o prefeito que administra o município, juntamente com a câmara municipal, que conta com nove vereadores.

A escola objeto dessa pesquisa, Escola Municipal Santa Martha, está localizada às margens da rodovia estadual GO-156, Km-31, na sede do Assentamento Santa Martha, que pertence ao município de Mundo Novo, distando aproximadamente 35 km do centro da cidade.

Atualmente, a escola oferta duas modalidades de ensino: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental 1ª fase. Essas modalidades são oferecidas em dois turnos: matutino e vespertino, contando com 12 turmas no total, sendo 6 no turno matutino e 6, no vespertino. Há 166 alunos matriculados, oriundos da região do Assentamento Santa Martha.

Os alunos e suas famílias sobrevivem da agricultura, da venda de leite e derivados, criação de gado de leite e de corte.

As crianças têm o lazer promovido, na maioria das vezes, pela escola e entidades religiosas da região.

Infelizmente, a instituição de ensino não pode contar com a boa estrutura das estradas, pois estão em péssimas condições, o que dificulta o percurso dos alunos de suas casas até a escola. Mesmo tendo transporte público que busca os alunos em pontos marcados, o trajeto não é fácil devido à falta de infraestrutura nas estradas.

A escola possui uma estrutura física consideravelmente boa, visto que, desde de 2011, passou a funcionar em um novo prédio. Esse prédio conta com: sete salas de aula; todas com condições básicas para os devidos fins, com mesas, cadeiras e quadro. Conta também com uma secretaria, uma sala de professores com banheiro, uma sala de coordenação, sanitários masculinos e femininos para os alunos, cozinha com despensa, área de serviço e pátio cercado com tela.

Após dois anos, já no mandato do atual prefeito, a escola recebeu uma reforma, com pinturas e climatização. No corrente ano, a escola conquistou o tão esperado laboratório de informática, contendo 10 computadores com acesso à internet, espaço físico coberto para realização de eventos, refeitório com banheiros e almoxarifado. No entanto, eles ainda esperam pela biblioteca e que seja adaptada à acessibilidade.

O corpo de gestores e professores é bastante qualificado. O diretor, Welcione Sebastião da Silva, é formado em Pedagogia, Língua Portuguesa e pós-graduado em Psicopedagogia. A secretária, Anne Ferrassoli, possui graduação em Pedagogia. A coordenadora, Maria Aparecida dos S. Domingos, é graduada em Pedagogia, Matemática e pós-graduada em Psicopedagogia. Todos os professores, sendo 12 no total, têm graduação em Pedagogia, sendo que 10 têm pós-graduação em AEE, Metodologia de Ensino Fundamental e Psicopedagogia; e sete deles atuam como professores de área (Geografia, Língua Portuguesa, História, Química e Filosofia) no Ensino Fundamental II. A escola também conta com uma monitora de Infância e Multimídia graduada em Pedagogia e Ciências Biológicas.

O quadro administrativo ainda é formado por uma equipe de cinco auxiliares de higiene e alimentação, um porteiro servente e quatro auxiliares de serviços gerais.

3.2 O que os dados coletados revelam

Devido ao isolamento social decretado pelo governo estadual por causa da covid-19, esta pesquisa teve de ser interrompida, tendo sido possível apenas enviar um questionário com seis perguntas abertas ao diretor e à coordenadora da escola.

Eles as responderam conjuntamente, gerando, portanto, as mesmas respostas para ambos. Sendo assim, passa-se, a seguir, à análise dos dados gerados.

Segundo os participantes, a metodologia aplicada ao ensino nas escolas do campo precisa ser diferenciada, sendo que se deve usar o cotidiano destes alunos.

Isso fica claro quando eles respondem à questão sobre as diferenças entre o ensino do campo e da cidade:

“Metodologias voltadas para a realidade do campo da vivência das famílias, materiais didáticos específicos com datas respeitando a localidade”.

Pode-se perceber que a fala dos participantes aponta que há ligação entre a teoria e a prática.

Perguntados sobre as principais mudanças ocorridas nos últimos anos na Educação do Campo, os participantes disseram que as melhorias foram

“A informatização, que veio através de salas de informática, salas climatizadas, melhorias no transporte escolar”.

As palavras dos participantes revelam o que já se sabia, a Educação do Campo, nem sempre voltada às classes menos favorecidas, ao longo dos anos, foi sendo modificada. Atualmente, o direito ao ensino é para o aluno e não para sua posição social; com esse direito, benefícios para essa modalidade de ensino também foram ajustados, com, inclusive a chegada de computadores e Internet ao campo.

Sabe-se que as escolas do campo ainda sofrem com algumas dificuldades, como a falta de estrutura física, os desafios que os alunos e professores encontram no trajeto de casa à escola, entre outros. Mas há sempre uma forma de amenizar os desafios, sendo assim, a escola em análise também desenvolve seus meios de solucionar, ou pelo menos tentar a solução para os seus desafios. Perguntados sobre o que a escola faz diante das dificuldades enfrentadas, eles afirmam que

“Mediante as dificuldades apresentadas na escola, na busca das soluções desenvolvem-se projetos que envolvam família e a gestão pública”.

A luta pelo ensino no campo e a permanência dos alunos nesse ambiente, é algo histórico, pois, desde a Revolução Industrial, os moradores do campo migram para os centros urbanos afim de conseguirem algo “melhor”. Isso demonstra o descaso dos governantes com quem deseja viver no campo. Se os moradores rurais não têm apoio de estudos e trabalhos que os favoreçam o suficiente, sem dúvidas, a migração para as cidades continuará.

Diante do questionamento sobre o que o Estado tem feito para manter as pessoas no campo, os participantes disseram que seria necessário haver

“Apoio, incentivo com cursos de formação na área rural para a permanência dos jovens no campo”.

Quanto à eficácia das ações tomadas, segundo os dois participantes,

“Na realidade só criam o desinteresse nos jovens, como se estivessem preparando-os para migrarem para os grandes centros, ocorrendo o êxodo rural”.

A presença das famílias na escola é de extrema importância, pois não se faz educação apenas com alunos e escola. Ao contrário, é um processo mútuo, no qual família, alunos e escola participam. É como se fosse uma ponte, de um lado a família, apoiando, incentivando e participando do processo de educação dos filhos; no meio da ponte, estão os alunos que percorrem o trajeto até a escola, apoiados pelas famílias; do outro lado da ponte estão a escola e um grupo de profissionais preparados (pelo menos em tese) para compartilhar o conhecimento com os “filhos.

Os participantes sabem da importância dessa relação entre escola, alunos e família e reconhecem que boa parte das famílias dos alunos sob a responsabilidade da escola tem participado ativamente do processo, conforme o relato deles próprios:

“Em partes, [a família participa] sim, mas existe uns 40 % que ainda não participam deixando a responsabilidade toda para a escola por falta de escolaridade dos mesmos”.

A Educação do Campo evoluiu bastante. Leis foram criadas, como a LDB de 1996, trazendo benefícios. Houve mudanças significantes no processo de ensino e aprendizagem, mas ainda há muito a ser feito, conforme apontam os próprios participantes, ao dizerem ser necessária

“Grande mudança com melhorias e assistência”.

Tudo posto, resta-nos tecer algumas considerações sobre o que vimos e aprendemos ao realizar este estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, com o grande desenvolvimento tecnológico, as práticas de agricultura e pecuária cada vez mais necessitam de pessoal altamente especializado e preparado. Sendo assim, a Educação do Campo se tornou uma realidade mais forte e necessária à manutenção de homens e mulheres no campo.

As atuais escolas do campo não mais aqueles espaços cedidos por um grande dono de terras em que uma professora sem formação alguma dava aulas a um amontoado de crianças de diferentes idades e, portanto, em diferentes níveis de conhecimento, tornando a turma multisseriada. Elas têm espaços próprios, com salas de aulas seriadas, professores capacitados e, em algumas, até se encontram laboratórios de informática, como é o caso da escola onde se realizou essa pesquisa.

As mesmas normas criadas para o ensino na cidade valem para o ensino na zona rural. Porém, essa modalidade de ensino têm as suas peculiaridades e desafios próprios, como se demonstrou anteriormente. O certo é que a Educação do Campo ganhou força e reconhecimento porque são as pessoas do campo que movem esse país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. et al. *Educação e educação no campo*. Campinas: Papyrus, 1993.

AUMENTA o número de professores que abandonam as salas de aula. Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/aumenta-o-numero-de-professores-que-abandonam-salas-de-aula.html>> Acesso: junho/2020.

CELANI, Sérgio Leite. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

DADOS do município de Mundo Novo de Goiás – GO. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/mundo-novo/pesquisa/23/22469?detalhes=true> Acesso: junho/2020

GORGEN, Sérgio. *Coragem de educar: uma proposta de educação popular para o meio rural*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRATZ Janete Teresinha. et.al. *As práticas da educação do campo na escola paulo freire uma escola em movimento*. UFSM Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz e BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. *A educação do campo e seus aspectos legais*. Formação de professores; contextos,

sentidos e práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, s/d.

MENEZES, Priscylla Karolaine; SILVA, Rusvênia Luiza B.R. *Escolas do campo de Goiás*. Uberlândia: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012. ISSN 1983487X.

SANTOS, Patrícia e VINHA Janaina Francisca de Souza Campos. *Educação do/no campo: uma reflexão da trajetória da Educação brasileira*.

TEIXEIRA, Andressa Layse Sales. *A relação do cuidar e educar através da alimentação saudável na educação infantil*. UFRN Universidade Federal Do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2015.

UNITINS Fundação Universidade do Tocantins. *Pedagogia*. Palmas: Educon, 2008.

PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santa Martha, 2020.